



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PROPPG
NÚCLEO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ATENDIMENTO EDUCACIONAL
ESPECIALIZADO
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (2025)

**ENTRE O RISO E A EXCLUSÃO: SENTIDOS DO CAPACITISMO NO
ESQUETE “QUEM” (PORTA DOS FUNDOS)¹**

*BETWEEN LAUGHTER AND EXCLUSION: MEANINGS OF ABLEISM IN
THE SKETCH “WHO” (PORTA DOS FUNDOS)*

Thyale Coelho de Oliveira²

Francisco César Barbalho³

RESUMO

Este trabalho tem como foco a análise discursiva da esquete *Quem*, produzido pelo coletivo Porta dos Fundos e disponibilizada na plataforma YouTube. A investigação situa-se no campo da Análise do Discurso, com atenção às questões de inclusão que atravessam o Atendimento Educacional Especializado, considerando como práticas discursivas produzem sentidos sobre diferença e pertencimento e busca responder à seguinte pergunta: de que modo o humor apresentado no vídeo *Quem* evidencia e critica os efeitos da tentativa de normatização do discurso politicamente correto em relação às pessoas com deficiência física, pessoas com nanismo, pessoas negras e pessoas trans? A pesquisa é de natureza qualitativa, com enfoque interpretativista e abordagem indutiva. A metodologia consiste em uma análise fundamentada na perspectiva dialógica da linguagem, conforme os pressupostos teóricos de Bakhtin (1987, 2003, 2011), com o auxílio da analista do discurso digital Paveau (2015, 2021). O estudo considera o enunciado como unidade de sentido e parte da compreensão de que todo discurso é constituído na relação com o outro, sendo atravessado por vozes sociais, tensionamentos e posições ideológicas. O objetivo é compreender como o esquete constrói sentidos sobre a diferença e a inclusão, e como o riso, nesse contexto, atua como forma de crítica e problematização de discursos consolidados. Espera-se, assim, contribuir para reflexões no âmbito do Atendimento Educacional Especializado, ampliando o olhar sobre práticas discursivas que, sob a aparência de inclusão, podem reiterar processos de exclusão simbólica.

¹ Trabalho de Conclusão de Curso apresentado/defendido para a Especialização em Atendimento Educacional Especializado, em 09 de Dezembro de 2025, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista junto a Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA).

² Orientando do Curso de Especialização em Atendimento Educacional Especializado, da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA). Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/7132884542796303>. Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0001-5764-3320>. E-mail: thyalecoelho@gmail.com.

³ Orientadora do Curso de Especialização em Atendimento Educacional Especializado, da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA). Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/2023922898741955>. E-mail: fbarbalho032@gmail.com.

Palavras-chave: Inclusão. Dialogismo. Discurso. Riso.

ABSTRACT

This study examines the discursive organization of the sketch *Quem*, produced by the collective Porta dos Fundos and published on YouTube. The investigation is situated within the field of Discourse Analysis, with attention to issues of inclusion that intersect the Specialized Educational Support service. It considers how discursive practices shape meanings related to difference and belonging, and it seeks to answer the following question: how does the humor in the sketch *Quem* expose and critique the effects of attempt to standardize politically correct discourse concerning people with physical disabilities, people with dwarfism, Black people and trans people? The research adopts a qualitative design, guided by an interpretivist orientation and an inductive approach. The methodological path follows an analysis grounded in the dialogic perspective of language, based on the theoretical contributions of Bakhtin (1987, 2003, 2011), supported by the insights of the digital discourse analyst Paveau (2015, 2021). The study takes the utterance as a unit of meaning and is anchored in the understanding that discourse emerges in relation to the other, shaped by social voices, tensions and ideological positions. The aim is to examine how the sketch produces meanings about difference and inclusion, and how laughter, in this context, operates as a form of critique and problematization of established discourses. The study intends to contribute to reflections within Specialized Educational Support by broadening the understanding of discursive practices that, under an appearance of inclusion, may reinforce mechanisms of symbolic exclusion.

Keywords: Inclusion. Dialogism. Laughter.

1 INTRODUÇÃO

A linguagem, em sua materialidade social e histórica, frequentemente se entrelaça a ideologias que atuam de forma velada. Por isso, não pode ser considerada neutra. Ela mobiliza sentidos, conflitos e posições que se intensificam quando se abordam temas sensíveis, como a deficiência, cuja compreensão envolve dimensões éticas, sociais e ontológicas.

Em uma leitura bakhtiniana, esse movimento mostra que cada enunciado responde a outros já ditos, inscrevendo-se em uma rede de vozes que expressam valores e disputas simbólicas. Assim, o discurso sobre a deficiência não se apresenta como mero reflexo da realidade, mas como arena em que diferentes perspectivas circulam, se confrontam e produzem modos específicos de significar o corpo, a experiência e a participação social.

Este trabalho parte da observação de como os discursos sobre sujeitos que não se enquadram em padrões normativos de identidade, historicamente associados ao homem branco, cisgênero, heterossexual e cristão, são construídos e tensionados no espaço social, sendo inclusive alvos do riso. Utilizamos como *corpus* de análise a esquete “Quem”, do coletivo Porta dos Fundos, disponível na plataforma *YouTube*. A esquete representa um recorte social contemporâneo que critica, por meio do humor, comportamentos sociais que geralmente estão atravessados por disputas de sentido.

O humor presente no vídeo opera como recurso para desafiar discursos cristalizados sobre vocabulário inclusivo, evidenciando um tratamento teatralizado da diversidade e sugerindo, de modo implícito, as contendas que emergem quando a nomeação de grupos minoritários se torna objeto de disputas simbólicas. Nesse movimento, o riso revela estigmas que, embora revestidos de um aparente cuidado, continuam a produzir tensões na forma como sujeitos com identidades diversas são representados.

Importa destacar que tais embaraços não decorrem da nomenclatura em si, mas das formas de uso que lhe são atribuídas, frequentemente atravessadas por disputas ideológicas e por uma politização intensa da palavra. Nesse cenário, determinados termos tornam-se alvo de polêmicas que pouco dialogam com as necessidades reais dos sujeitos nomeados, produzindo sentidos restritivos ou distorcendo práticas de reconhecimento. O problema, assim, não está na existência de termos oficiais ou recomendados, que devem sim existir. Mas o problema está no modo como eles são mobilizados em contextos marcados por tensões simbólicas que inflacionam a escolha lexical e a transformam em objeto de contenda discursiva.

Nessa dinâmica, a análise mostra que alguns enunciados reforçam representações limitadoras e acabam gerando polêmicas. Isso ocorre porque a linguagem é um espaço onde se constroem sentidos, muitas vezes acompanhados de uma carga valorativa implícita.

Dessa forma, a pesquisa contribui para o Atendimento Educacional Especializado ao mostrar que práticas discursivas fundamentadas na polêmica, e aparentemente inclusivas podem, paradoxalmente, reforçar estigmas. Nesse contexto, o papel do analista do discurso é fundamental para interpretar os enunciados além de sua superfície, considerando-os dentro de uma dinâmica ideológica mais ampla. O objetivo da pesquisa é compreender como o riso funciona como recurso discursivo capaz de desestabilizar certas convenções sociais sobre inclusão. A escolha do objeto se justifica por seu potencial de suscitar reflexão sobre a forma como a pluralidade é construída socialmente. A análise da produção humorística permite identificar representações que podem reforçar estereótipos ou questioná-los, revelando disputas contemporâneas em torno da linguagem e da sensibilidade social.

Falar sobre esse fenômeno é importante porque o receio de nomear indica que a linguagem passou a ser vivida como lugar de vigilância, produzindo silenciamentos, que não favorecem a convivência ética, sobretudo pelo temor de desencadear reações carregadas de conflito. Como efeito, o debate se reduz e temas relevantes deixam de ser discutidos, o que limita a construção de sentidos necessária para compreender criticamente a pluralidade e as relações sociais que a atravessam.

A esquete “Quem” expõe o paradoxo cruel da hipercorreção politicamente correta: quanto mais o sujeito se esforça para não nomear a pluralidades por medo de incorrer em capacitismo, racismo ou transfobia, mais ele a transforma em algo inominável e, por isso mesmo, tabu. A diferença deixa de ser uma característica neutra e passa a ser espectralizada: torna-se o “disforme” bergsoniano, aquilo que, por destoar do padrão esperado e por se mostrar rígido e mecânico em sua inadequação, desencadeia o riso social corretivo. Nesse sentido, o humor do Porta dos Fundos não ridiculariza apenas o personagem que gagueja; ridiculariza a própria sociedade que, ao impor um silêncio simbólico sobre identidades diversas, o mantém como objeto de fascínio e repulsa, exatamente o contrário do que a inclusão pretende alcançar. Quem fica disforme, portanto, não é o corpo diferente e sim o sujeito “bem-intencionado” que, por medo de errar, transforma o outro em espectro.

Assim, a análise da esquete “*Quem*” oferece um ponto de reflexão relevante para o campo do Atendimento Educacional Especializado: a inclusão não se reduz ao uso automático de terminologias reconhecidas, mas envolve a capacidade de nomear pluralidades relacionadas à deficiência, raça, gênero e orientação sexual de maneira responsável, serena e respeitosa. Esse

movimento requer consciência sobre os efeitos da linguagem e disposição para aprender, sem receios paralizantes e sem transformar tais nomeações em gesto performativo ou excepcional.

O silêncio ansioso, a hesitação hipercorretiva e o gaguejar do personagem evidenciam que o temor de ofender pode produzir efeitos tão excludentes quanto a ofensa explícita. Preparar professores, estudantes e demais profissionais para tratar, com naturalidade e responsabilidade, dos corpos e identidades que compõem a sala de aula, utilizando as denominações que as próprias pessoas adotam para si, configura uma prática mais consistente de inclusão. Esse movimento contribui para que a comunidade escolar não reproduza o bloqueio discursivo apresentado pelo protagonista da esquete do Porta dos Fundos diante da pluralidade, evitando, assim, que o receio paralisante se converta em novas formas de preconceito.

Esse silêncio não elimina preconceitos e pode impedir o reconhecimento da identidade do outro. Além disso, a evitação de certos termos revela uma lógica normativa que regula o dizer, mas não promove reflexão crítica, dificultando o diálogo necessário para compreender preconceito, discriminação e pertencimento, muitas vezes levando a uma polêmica, que por sua vez é uma forma de argumentar organizada a partir do confronto. Ela opera pela oposição acentuada, pela tentativa de desqualificar o outro e, em certos casos, pela agressividade verbal. A própria origem do termo revela esse caráter, já que remete ao grego *polemikós*, associado à ideia de guerra, o que evidencia como o desacordo pode transformar o espaço do diálogo em um terreno de disputa intensa (Amossy, 2017).

Assim, discutir o medo de nomear permite identificar tensões, corrigir equívocos e fortalecer práticas inclusivas, desenvolvendo um olhar sensível às relações entre pluralidade, linguagem e participação social.

2 PERSPECTIVAS BAKHTINIANAS SOBRE A LINGUAGEM

Esta pesquisa fundamenta-se nos pressupostos da filosofia da linguagem de Mikhail Bakhtin e do Círculo, com foco nos conceitos de dialogismo, enunciado concreto, polifonia, responsividade e gêneros do discurso. Entendemos a linguagem como fenômeno social, atravessado por vozes que se cruzam e se confrontam, sendo o discurso sempre situado, ideológico e orientado para o outro (Bakhtin 2003, 2011).

O riso, neste contexto, é compreendido não apenas como mero efeito de descontração, expressão de alegria ou mesmo uma função essencialmente fisiológica; ainda que também seja compreendido assim a grosso modo, mas é importante ressaltar que ele assume dimensões sociais, político-discursivas e simbólica, uma vez que o riso é um operador discursivo potente,

capaz de revelar conflitos e contradições sociais. Ademais, Bakhtin (1987) compreende a ambivalência do riso como intrínseco à sua expressão. Desse modo, compreendemos que ele possui uma função que serve tanto para trazer alegria, como também é capaz de trazer tristeza, em algumas situações inclusive, ter função de ridicularizar, rebaixar, excluir. Na esquete “*Quem*”, essa duplicidade é ampliada, pois o humor não apenas provoca o riso, mas também convoca à reflexão, ao expor as contradições presentes nas tentativas de se falar sobre diversidade sem incorrer em preconceito. Desse modo, a esquete mobiliza o riso como estratégia discursiva de crítica social, revelando as tensões entre o desejo de inclusão e os limites impostos pelos próprios discursos que pretendem promovê-la.

O riso carnavalesco, segundo Bakhtin (1987), ao retomar discursivamente práticas culturais comuns na Idade Média e do Renascimento, sobretudo em praças públicas e datas festivas. Ele revela o caráter revolucionário do riso, ao romper com normas rígidas, subverter hierarquias, e assim, revelando verdades incisivas, de modo cômico. Nisso reside o caráter de dualidade expresso pelo autor. Desse modo, o riso carnavalesco atua como força que desestabiliza sentidos cristalizados e cria aberturas para o inesperado.

Assim, o humor presente na esquete “*Quem*” pode ser compreendido como um recurso que tensiona discursos que regulam o modo de nomear e abordar temas relacionados à diversidade, inclusive no campo da deficiência. Esses discursos, frequentemente formulados por sujeitos atentos aos possíveis efeitos de suas palavras, tendem a produzir um movimento de hipercorreção, no qual o cuidado com a linguagem se intensifica para afastar qualquer risco de ofensa, mas mesmo assim recai nesse campo. Tal dinâmica evidencia uma postura responsiva alinhada a preocupações éticas e ao respeito ao outro, mas também revela a delicadeza das interações discursivas, em que a simples escolha de um termo pode ser tomada como inadequada e, assim, posicionar o enunciador em situação de exposição ou julgamento social.

Ao considerar a palavra como “um território comum entre o eu e o outro”, conforme propõe Volóchinov (2017, p. 205), torna-se possível compreender o discurso do esquete *Quem*, do Porta dos Fundos, como uma arena de disputa simbólica em que diferentes posições sociais, ideológicas e afetivas se confrontam. A palavra, nesse contexto, não é apenas um veículo de comunicação, mas o lugar em que os sujeitos se constituem mutuamente, por meio do olhar e da escuta do outro. Assim, a forma como se enuncia a pluralidade revela os valores de quem fala, como também o modo como esse sujeito se vê em relação à coletividade a que pertence. A crítica presente no esquete emerge, então, desse entrecruzamento de vozes, colocando em evidência os limites e as tensões que atravessam o discurso social sobre inclusão, respeito e alteridade.

A partir da concepção volóchinoviana de que toda interação verbal está ancorada em uma historicidade partilhada, compreende-se que as interações sociais não se constituem como um conjunto de regras fixas ou arbitrárias, mas refletem o resultado de transformações sociais (sempre em construção) e culturais que atravessam o tempo e reconfiguram as formas de convivência bem como os modos de se referir ao outro; Na contemporaneidade determinadas práticas discriminatórias são reconhecidas como gesto de hostilidade passível de responsabilização jurídica. Entretanto, é importante reconhecer que, em outros períodos históricos, práticas discriminatórias eram legitimadas pelas próprias instituições sociais e políticas, configurando formas sistemáticas de hierarquização e exclusão. Embora aqui não tratemos especificamente das deficiências, de um modo geral, contextualizamos a deficiência de modo genérico, a fim de localizar os campos discursivos nos quais estão inseridos os discursos capacitistas. Assim, abordamos a deficiência em geral, mas considerando o foco da esquete analisada: deficiência física e outras pluralidades corporais e raciais, ou seja, sujeitos fora do padrão hegemônico branco, cis, hétero, sem deficiência visível.

De acordo com Monteiro et. al (2016, p 222) “a história da deficiência registra a discriminação, mal tratos durante séculos”, mas com o passar dos séculos, mobilizações sociais e familiares, lutas constantes, contribuíram para transformar esse cenário, possibilitando que esses sujeitos alcançassem visibilidade e reconhecimento nas últimas décadas.

Pessotti (1984) descreve a deficiência como um fenômeno cuja interpretação varia conforme o período histórico. Há, por exemplo, registros de sociedades antigas que adotavam medidas extremas, incluindo abandono e até mesmo eliminação de pessoas consideradas inaptas para a vida em comunidade. Em Esparta, por exemplo, a narrativa clássica aponta que recém-nascidos avaliados como “frágeis” eram exterminados, prática mencionada por Plutarco (1991) em *Vida de Licurgo*. Mas concepções referentes a essa questão variaram conforme valores culturais, religiosos e científicos de cada período, revelando que a deficiência não é uma categoria fixa, mas um fenômeno construído socialmente.

A saber, a chegada do cristianismo modifica o *status* do deficiente, segundo Pessotti (1984). Desse modo, a piedade e compaixão começam a fazer parte do discurso cristão, que prega a fraternidade, desse modo, todas as pessoas, sem distinção, são aceitas e acolhidas pela palavra (onde tudo começa). Então, na idade moderna, a deficiência deixou de ser atribuída a forças malignas ou ao castigo, e passa a ser compreendida sob uma ótica médica e científica, e mais tarde, com os valores da Revolução Francesa, a Declaração Universal dos Direitos humanos Monteiro, Sales, Sales e Nakazaki (2016), o que de fato eleva a condição da pessoa

com deficiência ao status de sujeito que requer cuidado, compreensão e políticas específicas, afastando-a do lugar de punição moral ou marginalidade social.

Pode-se afirmar que documentos como Declaração de Salamanca⁴, bem como a Convenção de Guatemala⁵, exerceram forte influência na configuração contemporânea dos discursos sobre deficiência. Esses textos institucionais apontam para uma transformação no modo como se concebe a deficiência, e para além disso, trabalham em favor da inclusão plena na sociedade. Esses documentos além de defenderem políticas educacionais e de direitos humanos, instauram novos modos de significar a pluralidade: o que antes era exclusão, hoje se transforma em inclusão.

Para além de diretrizes institucionais e das conferências internacionais, esses documentos, ao formularem princípios de participação, igualdade e acessibilidade, constituem um marco enunciativo que reorganiza modos de dizer e de perceber a deficiência, e instaurar novas formas de sensibilidade discursiva. Desse modo, torna-se necessário reconhecer a singularidade da pessoa com deficiência. Abreu e Pederiva (2021) destacam que a compreensão da deficiência exige uma perspectiva que ultrapasse leituras reducionistas. Os autores evidenciam que o desenvolvimento humano não se restringe às condições orgânicas, mas é produzido nas relações sociais.

Nesse sentido, a legislação nacional incorpora essa mudança conceitual ao estabelecer princípios orientados pela participação social e pela eliminação de barreiras. Documentos como a Constituição Federal de 1988, a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva reafirmam que a deficiência não é um atributo restrito ao indivíduo. Ela é compreendida como resultado da relação entre a pessoa e as barreiras presentes no ambiente social, físico e comunicacional. Essa perspectiva desloca o foco do corpo para as condições que limitam a participação e a autonomia.

Nesse horizonte, o campo jurídico também atua na produção das condições sociais que possibilitam ou limitam a participação das pessoas com deficiência. Esses registros históricos permitem reconhecer que a hostilidade dirigida às pessoas com deficiência, antes naturalizada e legitimada, hoje é reavaliada sob parâmetros éticos e jurídicos. O ordenamento brasileiro prevê punições específicas para essas condutas, como estabelece a Lei nº 7.716/1989, que

⁴ A Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, promovida pela UNESCO em Salamanca, em 1994, reuniu representantes de diversos países para tratar, de forma específica, das políticas e práticas destinadas ao atendimento escolar de estudantes que apresentam necessidades educacionais diferenciadas.

⁵ A Convenção da Guatemala, de 1999, estabelece como fundamento a rejeição de quaisquer práticas discriminatórias voltadas às pessoas com deficiência, afirmando que esses sujeitos devem ter assegurados os mesmos direitos e liberdades reconhecidos a todos.

define os crimes resultantes de preconceito de raça ou cor, e a Lei nº 13.146/2015/ Estatuto da Pessoa com Deficiência, que proíbe qualquer forma de ridicularização, discriminação ou ofensa à dignidade da pessoa com deficiência.

O Porta dos Fundos frequentemente utiliza o humor para tensionar discursos hegemônicos, expondo contradições de práticas supostamente inclusivas. Assim, o riso pode atuar de duas maneiras simultâneas: de um lado, corre o risco de reiterar o olhar capacitista; de outro, pode revelar o desconforto social diante da tentativa de regulamentar o discurso “correto”, evidenciando mecanismos que silenciam ou simplificam a complexidade da deficiência. Portanto, o riso presente na esquete pode ser entendido como violência simbólica⁶ quando reforça a posição subalterna atribuída à pessoa com deficiência. Esse funcionamento discursivo afeta também outros grupos colocados fora do padrão hegemônico, como pessoas negras, cujas experiências são frequentemente atravessadas por formas sutis de desqualificação e hierarquização simbólica. Ao mesmo tempo, a análise discursiva permite observar que o humor também desestabiliza certas expectativas normativas, abrindo espaço para questionar as próprias bases que sustentam essa violência.

Como destaca Volóchinov (2017), o diálogo é atravessado pelas marcas do tempo histórico em que ocorre; sendo, dessa maneira, é relevante olhar para a historicidade que permeia a linguagem, bem como para as mudanças sociais, econômicas, geográficas, políticas que moldam o pensamento, os discursos atuais que são colocados em circulação, favorecendo os embates discursivos contemporâneos. Assim, os modos de tratamento, respeito e inclusão são compreendidos em relação às transformações dos valores sociais e às disputas simbólicas que atravessam o uso da linguagem.

2.1 Gênero discursivo: esquete e comentários

A linguagem da qual somos constituídos, bem como o uso que fazemos dela, também está relacionado às diversas esferas da atividade humana e social. Na obra de Bakhtin (2003) o enunciado constitui uma noção central para a compreensão do funcionamento da linguagem. Isso porque o uso da língua torna-se concreto por meio de enunciados, orais ou escritos, únicos

⁶ Conforme Bourdieu (1989), o conceito de *violência simbólica*, trata de uma forma de dominação sutil, isto é, não emprega o uso da força física, mas ocorre por meio de significações, classificações e práticas discursivas que naturalizam as relações de poder. Desse modo, o sujeito internaliza conceitos e passa a reconhecer como legítimas as hierarquias sociais e culturais impostas. Nesse sentido, a violência simbólica opera na linguagem e nas representações, produzindo exclusões e inferiorizações que se mascaram sob aparências de neutralidade ou consenso.

e situados em contextos específicos de interação humana. Assim, o enunciado representa a unidade efetiva da comunicação discursiva.

Partimos então da noção de enunciado como “unidade real da comunicação discursiva” Bakhtin (2003, p. 261, 269), conceito fundamental para compreendermos a noção de gênero discursivo, pois, não há gênero sem enunciado; é ele que materializa o uso concreto da língua na interação. Ademais, compreendendo o enunciado verificamos como a linguagem se organiza nas situações de interação social e como, a partir dessas regularidades de uso, se formam os gêneros discursivos.

Ao longo do tempo, com as práticas sociais, são desenvolvidas formas relativamente estáveis de enunciados, conforme (Bakhtin, 2011) moldadas pelas finalidades, pelos interlocutores envolvidos e pelas condições concretas de produção e circulação do discurso. Abrindo espaço para uma abordagem mais ampla e dinâmica, os discursos cotidianos, midiáticos, acadêmicos, religiosos, ganham então, formas para se manifestarem.

Em se tratando de gêneros discursivos, o canal Porta dos Fundos, inserido na esfera artístico-midiática, com características híbridas que articulam humor, crítica social e dramatização, possui características próprias, sobretudo no tangente aos seus quadros, que aqui nos interessam, denominados esquetes, que são caracterizados por qualidades específicas ao seu modo de existência no ambiente digital.

Esses enunciados são marcados por uma polifonia intensa, reunindo vozes sociais distintas que se chocam em um campo de tensões discursivas. O esquete, enquanto gênero, está condicionado por seu suporte (a plataforma YouTube), por sua forma composicional (curta, cênica, satírica) e por seu estilo verbal (irônico e provocativo), sendo, portanto, um espaço para a observação de disputas ideológicas em torno da linguagem, da pluralidade e da ética discursiva contemporânea.

Destarte, o esquete, conforme Travaglia (2017), é um gênero discursivo produzido no campo do entretenimento, caracterizado por sua realização oral e pela brevidade de sua forma. Esse gênero é frequentemente humorístico ou satírico, sendo uma forma condensada de expressão que visa captar a atenção do público de maneira rápida e eficaz. Nota-se que as esquetes do canal do Porta dos Fundos possuem mais ou menos 3 minutos. Sua principal função é entreter, gerar comichão, mas, ao mesmo tempo, ele possui o potencial de carregar uma crítica social, como o esquete *Quem*, que usa o humor para provocar reflexões sobre questões relevantes, como por exemplo o embate entre o politicamente correto e os atravessamentos de discursos excludentes sobre o sujeito que se comunica.

A veiculação desse gênero pode ocorrer em múltiplos meios de comunicação, como rádio, televisão, cinema e plataformas digitais, adaptando-se às especificidades de cada suporte, mas sempre mantendo sua característica de crítica disfarçada de humor. (Travaglia, 2017). Ao abordar temas polêmicos, como as formas de tratamento de pessoas com deficiência, o esquete não apenas cumpre sua função de entreter, mas também provoca a reflexão e o debate público sobre as convenções sociais, oferecendo um campo fértil para a análise discursiva dos atravessamentos das vozes sociais e da expectativa em relação àquilo que se diz, em determinado tempo-espço.

Ademais, além abordarmos a noção de esquete, também é necessário trazer um aprofundamento teórico sobre os comentários, que também representam um gênero discursivo. Essa abordagem se faz necessária para esta análise, uma vez que, a plataforma digital YouTube, que alberga os esquetes, também contém uma seção específica de comentários, destinada para a interação entre o público. Por isso, dialogamos com Paveau (2015, 2017), cuja reflexão parte da compreensão de que o discurso digital não pode ser separado do meio técnico em que é produzido. Para a autora, os enunciados que circulam em ambientes digitais, como os produzidos por internautas na seção de comentários do esquete em questão, para além de expressar opiniões, configuram formas de participação discursiva mediadas pela tecnologia, que também para a autora é um aspecto discursivo a ser analisado, já que compõe a discursividade, não sendo apenas um mero suporte. Nesse sentido, a seção de comentários é um espaço para o posicionamento dos sujeitos e é onde é possibilitado para eles a negociação de significados, sendo esse um lugar de visibilidade, performatividade e de reprodutibilidade das palavras.

Nessa perspectiva, os comentários são compreendidos como enunciados tecnodiscursivos, isto é, produções de linguagem atravessadas por elementos técnicos, cognitivos e sociais, em um ambiente digital. Dessa forma, a autora valoriza não apenas o enunciado em si, mas as condições de possibilidade para que eles possam emergir, de forma que o discurso digital é uma modalidade discursiva com suas peculiaridades e por isso, merece um olhar direcionado não apenas para o discurso em si, mas para a plataforma em que se realiza, com seus mecanismos de funcionamento. Uma vez que a relação entre sujeito e dispositivo, o dizer digital é considerado uma coautoria entre humano e máquina.

Então, aqui, a noção de tecnodiscursividade elencada neste artigo, nos possibilita compreender que o discurso *online* como intrínseco a um conjunto de práticas e ferramentas que moldam o funcionamento do dizer. Este estudo, portanto, parte da compreensão do meio

digital como um lugar de enunciação, no qual linguagem e técnica se articulam, sendo assim, inseparáveis.

2.2 Ecos da diversidade nos estudos inclusivos

Ancoramo-nos nos estudos do discurso sobre a deficiência, compreendendo-a não como atributo individual, mas como construção social. Nesse sentido, a análise do discurso torna-se um instrumento capaz de revelar dimensões implícitas e veladas presentes em interações específicas, permitindo compreender como normas sociais, expectativas e preconceitos se manifestam nas práticas comunicativas. Esse enfoque prepara o terreno para a discussão das legislações de inclusão, que buscam regulamentar o tratamento das pessoas com deficiência, promovendo direitos e responsabilidades sociais, e que serão analisadas em seguida.

Nesse contexto, a representação linguística e social das pessoas com deficiência, seja na mídia, no humor ou em outras esferas, desempenha um papel crucial na construção de uma sociedade mais igualitária. A crítica às formas de tratamento e representação dessas pessoas, muitas vezes estigmatizantes e excludentes, é um passo importante para questionar as normatizações sociais que historicamente marginalizaram esses indivíduos. (Leal et al. 2024)

Nesse sentido, a análise de produções como o esquete "Quem", do Porta dos Fundos, é um exemplo de como o discurso humorístico pode refletir e ao mesmo instante problematizar questões relacionadas à linguagem e ao respeito à diversidade, destacando as tensões entre a liberdade de expressão e a responsabilidade social no tratamento das pluralidades. Castel (2004), traz uma provocação contundente sobre a exclusão social, e reflete sobre estigmas que são frequentemente associados aos sujeitos marginalizados, reduzindo-os ao ponto de limitar suas oportunidades de participação plena frente a sociedade. O autor ainda discute que, ao serem socialmente marginalizados, esses indivíduos se veem excluídos não apenas das esferas sociais e econômicas, mas também do reconhecimento de sua autonomia e cidadania. Esse fato é notável a partir do impacto subjetivo nos indivíduos, que por vezes, se vêem em representações negativas e estigmatizantes na mídia, em redes sociais, e revela uma construção socialmente limitante, sobretudo para os sujeitos mais vulneráveis.

Nesse sentido, a crítica a essas representações, como no caso do esquete "Quem", do Porta dos Fundos, se torna fundamental para desafirmos os estigmas impostos às pessoas com deficiência, e para promovermos um discurso que favoreça a inclusão e o respeito às

pluralidades, alinhado com os direitos assegurados pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa é qualitativa, de natureza interpretativista, com enfoque indutivo e abordagem documental. Utilizamos a Análise do Discurso (AD) como abordagem metodológica, inspirada nos princípios bakhtinianos de dialogismo, responsividade e riso carnavalesco como recurso crítico.

O objeto de estudo é o esquete *Quem*, do coletivo Porta dos Fundos, veiculado no YouTube, cuja transcrição das interações entre os personagens permite examinar momentos de hesitação, gaguejos e hipercorreção linguística. A análise concentra-se tanto no texto do esquete quanto nos comentários que ampliam a força discursiva do gênero. Para tanto, realizamos a transcrição manual do vídeo, a partir da escuta atenta de suas falas.

Na primeira fase da análise, a observação inicial do vídeo evidenciou a importância do diálogo entre as diversas vozes presentes no esquete e nas respostas do público. Considerou-se, ainda, relevante explorar os comentários relacionados ao vídeo, entendendo-os como extensão do próprio esquete e como elementos capazes de ampliar o recorte analítico, trazendo à tona opiniões de alguns internautas. Para a análise, foram selecionados os comentários mais recentes e com maior visibilidade, aqueles que apareciam em destaque no momento da coleta dos dados, permitindo observar como a recepção discursiva se articula com a produção do conteúdo humorístico.

Realizamos a identificação de trechos em que o discurso evidenciou hesitações, autocensuras e tensões ideológicas relacionadas à diversidade social. A abordagem qualitativa possibilitou interpretar os sentidos implícitos e os efeitos sociais produzidos. A análise realizada foi articulada às discussões sobre inclusão, linguagem e pluralidade, e visa a formação ética dos profissionais da educação e na constituição de práticas mais conscientes, sensíveis e comprometidas com a singularidade do outro.

4 ANÁLISE DISCURSIVA DA ESQUETE “QUEM”

Antes da análise discursiva propriamente dita, propõe-se uma breve contextualização do material selecionado. O esquete *Quem*, publicado no canal Porta dos Fundos em 9 de junho de

2014, contabiliza aproximadamente 5.995.662 visualizações no YouTube. O número expressivo de acessos indica a ampla circulação do vídeo no espaço digital e reforça sua relevância como objeto de estudo para compreender as práticas discursivas contemporâneas mediadas pelo humor.

A descrição do vídeo, disponibilizada pelo próprio canal, antecipa o tom reflexivo e irônico da produção:

Descrever alguém é sempre complicado. Como é possível reduzir os medos, os sonhos, as angústias e os paradigmas de uma pessoa a um ou outro adjetivo? Você aponta pra ela, tenta defini-la em uma palavra, mas não adianta. Alguém pode sair magoado. A não ser que seja o Totoro. Aí pode chamar de ‘aquele gordão’ mesmo que ele até gosta. (Porta dos Fundos, 2016).

O texto de apresentação sintetiza o conflito central abordado no esquete: a dificuldade em nomear o outro sem recorrer a categorias que possam ser interpretadas como ofensivas ou excludentes. Essa problematização inicial já evidencia o caráter metalinguístico e crítico da obra, que, sob a aparência do humor, questiona os limites da linguagem e as tensões ideológicas que permeiam a nomeação e a identidade no espaço social.

Nesse sentido, a própria descrição do vídeo pode ser compreendida como um enunciado responsivo, no sentido bakhtiniano. Ao antecipar o desconforto em “definir” alguém e ao ironizar as tentativas de nomeação, o texto já pressupõe um interlocutor socialmente situado, sensível às discussões sobre identidade e preconceito. Assim, o enunciado inaugural do vídeo ao apresentar o tema do esquete, inscreve-se em uma cadeia dialógica mais ampla, que envolve debates contemporâneos sobre linguagem, correção política e inclusão social.

A seguir, apresento a transcrição do diálogo que ocorre na esquete quem, a partir da qual se observa um cuidado exagerado em evitar palavras que designam características dos sujeitos, representadosm como negro, pessoa com nanismo ou pessoa pequena⁷, cadeirante ou mulher trans, evidenciando a tensão social em torno do uso de terminologias consideradas socialmente sensíveis:

⁷ Segundo o site Little People of America, muitas pessoas com nanismo preferem ser chamadas de "pessoa pequena". Ainda de acordo com a mesma fonte, o nanismo é definido como uma condição médica ou genética que geralmente resulta em altura adulta de até 1,45 m (4 pés e 10 polegadas), tanto em homens quanto em mulheres. Exceto quando a estatura física é relevante para a conversa, é adequado referir-se ao indivíduo apenas pelo seu nome.

Quadro 01

Transcrição da Esquete Quem
—Desculpa, quem é o gerente aqui hein? —O gerente? É ele ali, ó! (Apontando com o dedo) —Quem? —É o rapaz ali, ó! (Apontando novamente com o dedo) —Tem um monte de gente ali —Sim, ele é o único que...ele.. (hesitante) ele é o menino ali, olha, segue meu braço, to apontando para ele ali olha... —Como que ele é? —Ele é... ele é... ele é moreno né? —Mas todo mundo ali é moreno. —Sim, mas ele tá sorrindo —Mas tá todo mundo ali meio que sorrindo —Pare de sorrir, as pessoas estão sorrindo muito também, ele tá.. é único que tá ali... há três quartos da gente. —Tá, mas ele tá perto de quem? —Tá perto do.... do.....eita rapá.. do garoto, do..... coiso, do do do (gagejando) do coiso com cabelo, ele tem cabelo ali... —Desculpa, amigo, não estou entendendo não —Tem gente ali, não tem o grupo? (com expressividade) —Sim —Ele tá no grupo —Tá, mas tem uma galera ali, um monte de gente lá com ele —É isso, ele tá lá com a galera dele com, ele tá do lado do do do.... —Do lado do homem ou da mulher? —Meu Deus do Céu, o que que é aquilo ali? Aquilo ali é uma uma... pessoa, pessoa alta que tá ali do lado dele. —Tá difícil para mim. —Nossa senhora, então tá difícil, o que é isso ai, é segregação? O que que está acontecendo? Amigo, vê o limão, vê o limão.
Transcrição realizada pela autora

No contexto do diálogo, o uso de termos para designar características da pessoa é percebido como tabu ou potencial insulto, tanto que são evitados pelo personagem principal. A esquete, entretanto, explora essa hipersensibilidade com humor, recorrendo a recursos visuais, como a cor da camisa, sorriso no rosto, altura, cor dos cabelos, para evidenciar, de forma irônica, a artificialidade e a tensão presente nos discursos sobre a pluralidade. Desse modo o personagem utiliza estratégias que permitem lidar com a situação sem parecer preconceituoso, mas seu cuidado excessivo acaba evidenciando o contrário, e a quebra de expectativa causa esse efeito de humor. Nisso consiste a crítica bem-humorada realizada pelo coletivo Porta dos fundos.

A cena se desenvolve em um espaço comercial que remete a um bar. O personagem principal é interpelado por um cliente que busca informações sobre quem seria o gerente, um homem negro, identificado apenas por meio das hesitações em falar ao se referir a ele (o gerente). Diante da pergunta, o personagem demonstra evidente constrangimento em descrever as características físicas do gerente, possivelmente por receio de ser interpretado como preconceituoso. Em meio a gaguejos e tentativas frustradas de referência, recorre a descrições vagas (“está sorrindo”, “está ao lado de outra pessoa”), evitando qualquer marca identitária direta.

As outras pessoas mencionadas, um homem com nanismo, uma mulher trans e uma pessoa cadeirante, também são nomeadas de forma elíptica, o que evidencia a dificuldade do sujeito em lidar linguisticamente com a pluralidade. Essa é uma postura responsiva, mas não exatamente responsável, porque se orienta mais pelo temor de errar do que pelo compromisso efetivo com a construção de um diálogo ético. A resposta do enunciador organiza-se, assim, em função da possível reação do outro, e não propriamente de uma escuta atenta ou de um reconhecimento genuíno das identidades em jogo. Desse modo, a responsividade manifesta não implica necessariamente posicionamento crítico ou abertura para o encontro discursivo; ao contrário, opera como mecanismo de autopreservação, no qual a elipse se torna um recurso para evitar riscos, ainda que à custa da clareza e da afirmação plena da diversidade nomeada.

Esse apagamento parcial da nomeação revela um receio constante de produzir enunciados que possam ser interpretados como inadequados, expondo o enunciador a acusações de ofensa ou discriminação. A elipse funciona, portanto, como estratégia de contenção discursiva: ao evitar dizer, o sujeito procura proteger-se de possíveis efeitos negativos de sua própria fala. Esse movimento indica um cenário enunciativo no qual a nomeação de características identitárias se torna atravessada por tensões, levando o falante a optar por formas menos diretas na tentativa de preservar uma imagem de respeito e alinhamento ético.

Essa dificuldade transcende o campo do pensamento e se projeta para o social, manifestando-se como um sintoma das tensões culturais e das limitações individuais na interação. Na ignorância em lidar com a situação, o personagem provoca o riso justamente por sua inadequação. Nessa perspectiva, Bergson (2004) entende que o riso possui um significado e um alcance sociais: é uma manifestação da funcionalidade social do humor, revelando a incapacidade do indivíduo de se adaptar às normas coletivas. Para Bergson, é cômico aquilo que ele denomina de “disforme”.

Nessa perspectiva, o riso surge diante de comportamentos deslocados, sendo percebido como cômico aquele que se distancia do padrão esperado. Funciona, portanto, como um recurso

de ajuste social, sinalizando ao indivíduo as expectativas coletivas e incentivando a conformidade com as normas compartilhadas. A figura a seguir registra o momento em que o personagem, visivelmente hesitante, tenta indicar, sem sucesso, o sujeito em foco, revelando a dificuldade em nomear características que se tornaram objeto de conflito no debate público.

Figura 01



Fonte: *site Youtube*

O diálogo evidencia um jogo de hesitações e autocensuras que expõe o desconforto do sujeito diante da necessidade de nomear o outro. A tentativa de identificar o “gerente” sem recorrer a marcas físicas ou sociais — como cor, altura ou deficiência — resulta em um processo discursivo de hipercorreção, no qual o enunciador evita qualquer termo que possa ser interpretado como discriminatório. Esse movimento revela a tensão entre o desejo de ser socialmente correto e o receio de ser julgado preconceituoso, instaurando um impasse entre dizer e calar. Bakhtin (2003, p. 301) salienta que o outro — o “receptor” do discurso — “não é necessariamente alguém totalmente definido, como acontece em toda sorte de enunciados monológicos de tipo emocional”. Isso significa que, mesmo em enunciados aparentemente monológicos, o sujeito antecipa a reação do interlocutor, real ou imaginado, e ajusta sua fala em função dessa responsividade. Tal dinâmica evidencia como o medo de ser julgado ou interpretado como preconceituoso orienta a produção discursiva, levando a censuras, hesitações.

A dificuldade de enunciação gera um riso que emerge tanto do constrangimento do personagem quanto da identificação do espectador com sua tentativa de escapar do erro — tentativa que, paradoxalmente, se repete. Dessa forma, o humor evidencia o caráter ideológico da linguagem, revelando que o esforço por evitar o preconceito pode, simultaneamente, reforçar a diferença e produzir novas formas de exclusão.

O vídeo simultaneamente diverte e provoca, expondo contradições e desestabilizando certezas. O riso, nesse contexto, não se restringe ao entretenimento; ele ridiculariza estruturas simbólicas e abre espaço para a emergência de vozes frequentemente silenciadas. Assim, o riso adquire um caráter de responsabilidade ética e dialógica, pois interpela o outro e convoca à tomada de posição diante da alteridade. Sob a ótica bakhtiniana, a análise do riso configura-se, portanto, como um caminho para compreender os embates ideológicos que atravessam os discursos sobre inclusão e diferença.

No vídeo, percebe-se que certas características do sujeito com deficiência são tratadas de forma exagerada, configurando um tensionamento excessivo das nomeações que incorre no tratamento reducionista do sujeito. Esse recurso desloca a atenção das capacidades, autonomia e subjetividade do indivíduo para sua condição específica, transformando-o em objeto de observação ou entretenimento. Nesse processo, o preconceito que se busca evitar acaba sendo reproduzido. Em uma dinâmica de responsividade (Bakhtin, 2003), o sujeito que evita termos considerados por ele tabus antecipa a reação do interlocutor caso nomeie diretamente a característica da pessoa com diferença, evidenciando a tensão que envolve a comunicação sobre a diversidade.

Compreendemos o humor presente na esquete como uma forma de dialogismo crítico, em que a ironia expõe as contradições sociais e questiona discursos normativos. A dramatização irônica dos aspectos cotidianos revela que a diferença é socialmente construída e mediada, e que a inclusão frequentemente se limita a práticas performativas, que privilegiam a visibilidade sensacionalista em detrimento do reconhecimento do sujeito como indivíduo integral. Nesse sentido, a esquete, para além de divertir, realiza uma crítica aos discursos carregados moralmente acerca da inclusão.

Os textos publicados na seção de comentários do YouTube revelam o caráter dialógico e polifônico que emerge a partir da circulação da esquete “Quem”. Neles, o riso e a reflexão coexistem e a interação entre os espectadores reforça a dimensão social e dialógica do enunciado, conforme propõe Bakhtin (2003), ao evidenciar que todo dizer é uma resposta a outros dizeres e se orienta para um público ativo.

O comentário pode ser compreendido como uma posição enunciativa que participa do diálogo social mais amplo, articulando-se a outras vozes discursivas e assumindo uma função mediadora. Assim, o comentário constitui uma produção tecnodiscursiva, na qual a interação digital possibilita a circulação de valores éticos e a co-construção de sentidos coletivos entre diferentes sujeitos.

Observamos que o primeiro comentário recupera uma memória escolar para legitimar uma posição discursiva alinhada à noção de respeito linguístico: “lembro até hoje de uma aula de português, onde uma professora nos orientou a sempre caracterizar uma pessoa pela raça... afinal, ser negro não é defeito, é uma característica como outra qualquer.” Esse enunciado assume um tom pedagógico e normativo, que busca reinscrever o debate sobre raça no campo da linguagem formal e da educação, deslocando o humor do vídeo para uma reflexão ética, ao se compreender a crítica endossada pelo coletivo Porta dos fundos. Há, nesse caso, a presença de uma voz institucional, representada pela figura da antiga professora da comentarista, que ancora seu discurso em um saber autorizado. Logo, esse é atravessado por uma voz institucional, e se apodera desse dizer para expressar-se sobre um assunto que gera polêmica, demonstrando que é um sujeito responsável pelo seu dizer, e marcando uma posição ética, na medida em que se posiciona na defesa da identidade do outro, quando diz “ser negro não é defeito, é uma característica como outra qualquer.”

O segundo comentário amplia essa perspectiva ao afirmar que “o preconceito é a incapacidade de tratar o diferente como igual”, revelando uma compreensão ética e empática das relações sociais. Nesse enunciado, o sujeito desloca o foco do discurso para o campo das relações humanas, evocando o discurso legislativo da igualdade, de modo que o respeito não consiste em atribuir ao outro uma condição de exceção ou superioridade, mas em reconhecê-lo como parte do mesmo horizonte social.

Ademais, a formulação evidencia um funcionamento polifônico ao condensar, em um enunciado aparentemente simples, distintas vozes sociais que disputam sentidos sobre igualdade e exclusão. A construção assume o formato de uma definição generalizante, que remete tanto a discursos normativos quanto a princípios difundidos em políticas de direitos

humanos. Ao mesmo tempo, faz ressoar vozes de grupos historicamente vulnerabilizados, cuja experiência de discriminação sustenta a crítica implícita ao tratamento desigual. Também se percebe a presença de enunciados amplamente circulantes no cotidiano, em campanhas educativas e debates públicos, o que reforça a sobreposição de perspectivas. Assim, a frase não expressa apenas a opinião de um sujeito isolado, mas articula discursos diversos que constituem o imaginário social sobre preconceito, revelando, desse modo, sua natureza polifônica.

Em contraste com os demais, o terceiro comentário estabelece uma analogia sensível com o personagem da esquete, que não age movido por uma ética consistente, mas pelo temor constante da interpretação alheia. O enunciado ‘A pessoa no Twitter com medo de ser cancelada kkkk’ evidencia uma leitura metadiscursiva afinada com o contexto atual das redes sociais, em que o receio do ‘cancelamento’ ocupa o lugar da preocupação genuína em não reproduzir preconceitos. Trata-se menos de um compromisso ético e mais de uma postura defensiva, marcada pelo medo de sofrer sanções simbólicas. Esse movimento revela como certas práticas discursivas contemporâneas deslocam a responsabilidade ética para a preservação da própria imagem, e não para o cuidado com o outro.

O riso (“kkkk”) atua como marcador discursivo de distanciamento, sinalizando ironia diante do “politicamente correto” e reproduzindo a ambivalência da própria esquete: rir da tentativa de não errar. A enunciação evidencia o modo como o sujeito se posiciona frente às normas de conduta digital, demonstrando consciência dos regimes de visibilidade e julgamento típicos do ambiente tecnodiscursivo. Nessa perspectiva, o comentário não se limita à reação a um conteúdo humorístico, mas se constitui como produto de um ecossistema discursivo mediado pela tecnologia, (Paveau, 2015, 2017) no qual os sentidos são moldados pelas dinâmicas de exposição, vigilância e circulação rápida da fala. O comentário manifesta uma responsividade dupla: responde ao discurso humorístico da esquete e, simultaneamente, às vozes sociais que configuram o ambiente digital. Essa resposta se constrói em tom irônico, evidenciando a consciência do sujeito em relação às normas e aos mecanismos de vigilância moral que permeiam o espaço tecnodiscursivo.

Outros comentários, como “O jeito como tentam consertar o preconceito só gera mais preconceito”, explicita a interpretação do comentarista, que observa que as tentativas de não parecer excludente reforçam ainda mais essa posição, provando justamente o contrário do que queria dizer. Ao ironizar os excessos do politicamente correto, esse comentário revela uma postura avaliativa que tensiona os limites entre a intenção ética e o efeito excludente do discurso.

O comentário encabeçado pela fala do personagem principal, um homem cis branco: “Ai, meu Deus, que segregação”, surge no momento em que ele observa um grupo formado por pessoas de diferentes minorias sociais, como negras, LGBTQIA+ e pessoas com deficiência. A expressão “que segregação” é empregada de forma irônica, pois inverte o sentido literal da palavra: quem se sente excluído é justamente o sujeito historicamente privilegiado.

A comicidade decorre dessa inversão, em que o desconforto do personagem diante da diversidade expõe, de modo humorístico, a dificuldade de reconhecer o deslocamento das hierarquias sociais. O comentário demonstra compreensão do efeito satírico do esquete e, ao empregar o riso (“hahaha”) e o adjetivo “brilhante”, evidencia uma leitura responsiva, na qual o sujeito valida a crítica implícita e participa da circulação de sentidos no ecossistema tecnodiscursivo. Assim, os comentários demonstram que o vídeo *Quem* mobiliza uma ampla rede de vozes que oscilam entre a crítica, a ironia e a identificação, revelando que o humor, ao mesmo tempo que expõe as tensões discursivas em torno de marcadores sociais, também atua como espaço de negociação ideológica entre sujeitos atravessados por distintas formações discursivas.

Ademais, a escolha terminológica relacionada aos marcadores sociais da pluralidade torna-se especialmente relevante quando se observa como determinadas categorias são mobilizadas em práticas discursivas de humor, que ocorre pela quebra de expectativa ao não se utilizar os termos carregados de estigmas, e que por isso, recaem no campo do humor, que explora o politicamente incorreto. A construção cômica presente na esquete opera por meio da exposição de estereótipos e ambiguidades que circulam socialmente, revelando que certos termos ainda são empregados de modo impreciso ou depreciativo.

O uso de nomenclaturas oficiais brasileiras fortalece o respeito à pluralidade e reconhece a singularidade de cada cidadão, pois resulta de debates institucionais e marcos legais que buscam evitar expressões historicamente associadas a estigmas. Ao adotar termos alinhados às políticas públicas de inclusão, o falante assume uma postura ética diante das diferenças sociais, evitando reduções identitárias e assegurando nomeações precisas e dignas. Nesse sentido, o quadro a seguir sintetiza termos adequados para grupos frequentemente expostos a estigmatizações, ressaltando a importância de escolhas linguísticas comprometidas com práticas inclusivas e representações sociais mais amplas.

Quadro 2 – Terminologia Inclusiva

Grupo	Termo Adequado	Termos a Evitar	Observação	Referências
Nanismo	Pessoa com Nanismo	anão (quando usado de forma redutora ou pejorativa)	A terminologia evita rotulações físicas.	Manual de Acessibilidade TJSP
Pessoas com deficiência (geral)	peessoa com deficiência (PcD)	portador de deficiência; deficiente; PNE; necessidades especiais	Termo oficial brasileiro; reforça o modelo social da deficiência.	Lei Brasileira de Inclusão (Lei 13.146/2015); Cartilha de Acessibilidade gov.br; Manual de Comunicação; Senado Federal
Pessoas negras / afrodescendentes	peessoa negra; população negra; afrodescendente	moreno; mulato; pardo como eufemismo	Evita apagamento racial.	Fundação Palmares; SEPIR
Pessoas LGBTQIA+	Pessoa trans	termos pejorativos; “opção sexual”; “homossexualismo”	Autodeterminação e linguagem de direitos humanos.	Conselho Nacional LGBT; Ministério dos Direitos Humanos

Fonte: Documentos oficiais de políticas de inclusão no Brasil.

A sistematização apresentada no quadro ilustra a escolha de termos adequados no convívio social, cujo uso contribui para uma comunicação mais atenta às dimensões sociais que atravessam a nomeação de grupos historicamente vulnerabilizados. A seleção contemplou exatamente os grupos mobilizados na esquete “Quem”, o que permite observar com maior precisão como essas categorias são acionadas no humor e quais implicações terminológicas emergem desse uso. Ao reunir essas orientações, busca-se oferecer um instrumento que favoreça práticas discursivas alinhadas às políticas de inclusão e ao reconhecimento da pluralidade. Embora organizado a partir desse recorte específico, o trabalho pode ser ampliado para abranger outros grupos sociais e outras situações discursivas em que a linguagem desempenhe papel relevante na produção de sentidos e na construção de identidades.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise discursiva da esquete “*Quem*”, do coletivo Porta dos Fundos, possibilitou uma reflexão sobre as dinâmicas sociais que atravessam o espaço contemporâneo. A partir de um recorte de um gênero discursivo característico da atualidade, a esquete “*Quem*” veiculada no ambiente digital do *YouTube*, observou-se o modo como as disputas simbólicas ocorrem por meio da linguagem, transformando as relações humanas na medida em que enunciados, frequentemente amplificados pelos meios de comunicação, provocam repercussões sociais que revelam distorções no modo como se compreende a interação social.

Nesse processo, a esquete evidencia a hipocrisia social que se apresenta como inclusiva, mas permanece ancorada em discursos excludentes e em práticas simbólicas de silenciamento. Ao expor as tensões que atravessam a linguagem e revelar as imposições ideológicas e políticas que regulam o dizer o humor opera de modo dualista: ao mesmo tempo em que questiona essas normas, também pode reafirmar posições de marginalização atribuídas a quem está fora do padrão hegemônico. Essa crítica é construída por meio da ironia e do sarcasmo, configurando um movimento discursivo ambivalente, próprio do riso bakhtiniano, que simultaneamente nega e afirma, desestabiliza e liberta. Nesse jogo de tensões, o riso atua como estratégia de desconstrução simbólica, revelando tanto o desconforto social diante da diferença quanto a possibilidade de reconfiguração dos sentidos sobre inclusão.

Para o profissional de Atendimento Educacional Especializado, o esquete ‘*Quem*’ funciona como um alerta: a inclusão não se faz apenas com terminologia correta, mas com a capacidade de nomear de forma responsável as pluralidades presentes no espaço escolar, reconhecendo as escolhas vocabulares que os próprios sujeitos fazem sobre si. Essa prática demanda sensibilidade para compreender que cada nomeação carrega uma história de disputas de sentido e que o modo como a palavra é usada pode ampliar ou limitar possibilidades de participação. Ao desenvolver essa atenção, o AEE fortalece relações mais equitativas e evita que o medo de errar produza silenciamentos que contrariem a proposta inclusiva.

O silêncio por medo de errar é tão excludente quanto uma ofensa. Formar professores e alunos para falar abertamente sobre deficiência, raça e gênero, com as palavras que as próprias pessoas afetadas escolhem, é mais inclusivo do que ensinar todo mundo a gaguejar como o personagem do Porta dos Fundos.

A esquete se insere em um espaço de disputas discursivas ao revelar como determinadas pluralidades podem ser apresentadas de forma exagerada ou caricatural, sobretudo quando determinados temas são acionados de modo a deslocar o foco do diálogo e dificultar a escuta

de posições diversas no debate público. Esse movimento tende a gerar controvérsias que pouco colaboram para o avanço das discussões e acabam por ofuscar reflexões essenciais sobre inclusão.

De outro modo, a esquete sugere, de modo implícito, que o medo do personagem em nomear pessoas com deficiência ou outros grupos minoritários não surge de um vazio, mas de um conjunto de tensões ideológicas que atravessam a circulação da palavra no espaço social. Embora o conflito não seja enunciado diretamente, sua presença se manifesta nos silêncios, nas hesitações e no gaguejar do protagonista, que parecem condensar uma história de disputas políticas em torno da linguagem.

Em perspectiva discursiva, tais reações não são simples traços individuais; elas indicam marcas de sentidos sedimentados, revelando que nomear alguém nunca é um ato neutro. Assim, a confusão do personagem aponta para a existência de embates anteriores que configuram o modo como certos termos podem ser proferidos, disputados ou evitados, tornando visível a espessura histórica que sustenta cada escolha lexical. Assim, em vez de promover confrontos estéreis, torna-se fundamental uma abordagem capaz de fortalecer um debate qualificado em favor das pessoas em situação de maior vulnerabilidade, com vistas a uma transformação social construída de forma refletida, plural e sustentada pela participação coletiva.

REFERÊNCIAS

- ABREU, F. S. D. de; PEDERIVA, P. L. M. *O desenvolvimento da pessoa com deficiência na teoria histórico-cultural: Caminhos indiretos e compensação*. Educação Por Escrito, v. 12, n. 1, e41900, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/2179-8435.2021.1.41900>. Acesso em: 15 nov. 2025.
- AMOSSY, R. *Apologia da polêmica*. São Paulo: Contexto, 2017.
- BAKHTIN, M. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. Trad. Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec; Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1987.
- BAKHTIN, M. Gêneros do discurso. In: BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. Trad. Paulo Bezerra. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011. p. 261-306.
- BERGSON, Henri. *O riso: ensaio sobre a significação da comicidade*. Trad. Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2004. p. 98-145.
- BOURDIEU, Pierre. *Langage et pouvoir symbolique*. Paris: Éditions du Seuil, 2001.
- BRASIL. *Cartilha de Acessibilidade*. Brasília: Governo Federal, [s.d.]. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/pessoas-com-deficiencia/cartilhas/cartilha-de-acessibilidade.pdf>. Acesso em: 08 nov. 2025.
- BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. *Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 08 nov. 2025.
- BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos. *Página institucional*. Brasília, [s.d.]. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br>. Acesso em: 08 nov. 2025.
- BRASIL. Senado Federal. *Manual de Comunicação*. Brasília: Senado Federal, [s.d.]. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/diretoria-geral/manual-de-comunicacao>. Acesso em: 08 nov. 2025.
- BRASIL. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR). *Página institucional*. Brasília, [s.d.]. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/secretarias/seppir>. Acesso em: 08 nov. 2025.
- CASTEL, R. As armadilhas da exclusão. In: CASTEL, R.; WANDERLEY, L. E. W.; BELFIORE-WANDERLEY, M. *Desigualdade e a questão social*. São Paulo: EDUC, 2004.
- CONSELHO NACIONAL LGBT. *Página institucional*. Brasília, [s.d.]. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/conselhos/conselho-nacional-lgbt>. Acesso em: 08 nov. 2025.
- FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. *Página institucional*. Brasília, [s.d.]. Disponível em: <https://www.gov.br/palmares/pt-br>. Acesso em: 08 nov. 2025.

LEAL, Daniela; FREITAS, Jorge Peixoto; MAGALHÃES, Sara Isabel; MATIAS, Marisa. Quem inclusivo fala, sempre acerta: uma discussão sobre linguagem inclusiva. *ex aequo*, n. 49, p. 19-34, 2024. DOI: <https://doi.org/10.22355/exaequo.2024.49.03>. Acesso em: 28 out. 2025.

MONTEIRO, Carlos Medeiros et al. Pessoa com deficiência: a história do passado ao presente. *Revista Internacional de Audición y Lenguaje, Logopedia, Apoyo a la Integración y Multiculturalidad*, v. 2, n. 3, p. 221-233, 2016. Disponível em: <http://riai.jimdo.com/>. Acesso em: 16 nov. 2025.

PAVEAU, M.-A. *Análise do discurso digital: dicionário das formas e das práticas*. Campinas: Pontes, 2021.

PESSOTTI, I. *Deficiência mental: da superstição à ciência*. São Paulo: T. A. Queiroz; Editora da Universidade de São Paulo, 1984.

PLUTARCO. Vida de Licurgo. In: PLUTARCO. *Vidas paralelas*. Trad. diversos autores. São Paulo: Editora Paumape, 1991.

TJSP. *Manual de Acessibilidade*. São Paulo: Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, [s.d.]. Disponível em: <https://www.tjsp.jus.br/Download/Procedimentos/ManualAcessibilidade.pdf>. Acesso em: 08 nov. 2025.